



O MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS: DESTERRITORIALIZAÇÃO À RETERRITORIALIZAÇÃO

Conceição Maria Dias Lima

*Professora Titular do Programa de Pós Graduação em Dinâmicas
Territoriais e Cultura da Universidade Estadual de Alagoas -
UNEAL*

E-mail: ceicadiaz@yahoo.com

Renata Medeiros dos Santos

*Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em
Dinâmicas Territoriais e Cultura da Universidade Estadual de
Alagoas - UNEAL*

E-mail: renatamedeirosal@gmail.com

RESUMO

Este trabalho parte do reconhecimento do papel da mulher no campo, onde se procura desmitificar o trabalho doméstico como trabalho improdutivo, mas que se constrói, de forma lenta, novas relações entre homens e mulheres como base de uma nova sociedade que se deseja construir, caminhando para uma discussão entre mulheres, campo e desterritorialização. O trabalho é de cunho qualitativo e tem procedimentos metodológicos de natureza documental e bibliográfica, com literaturas atuais, recorte dos últimos 10 anos, sobre o objeto de estudo proposto. Tem como objetivo identificar as ações do Movimento das Mulheres Camponesas desde a desterritorialização à reterritorialização. O Trabalho se divide em três partes: 1. O movimento das mulheres e a desterritorialização; 2. Movimento das mulheres camponesas e 3. Resultados.

Palavras-chave: Mulheres.Campo.Território

ABSTRACT

This work is based on the recognition of the role of women in the countryside, where the aim is to demystify domestic work as unproductive work, but that new relationships between men and women are being built, slowly, as the basis of a new society that one wants to build, moving towards a discussion between women, countryside and deterritorialization. The work is of a qualitative nature and has methodological procedures of a documental and bibliographical nature, with current literature, a cut of the last 10 years, on the proposed object of study. It aims to identify the actions of the Peasant Women's Movement from deterritorialization to reterritorialization. The Work is divided into three parts: 1. The women's movement and deterritorialization; 2. Peasant women's movement and 3. Results.

Key-words: Women.Field.Territory

INTRODUÇÃO

É histórico a exclusão social sofrida pelas mulheres na sociedade, em especial as mulheres camponesas, que vivenciam de maneira mais implícita a machismo estrutural e o

patriarcado. O silenciamento e a falta de acesso à tantas políticas públicas e sociais, para mulheres, faz com que a luta seja constante, seja no território urbano ou rural.

Assim, este trabalho parte do reconhecimento do papel da mulher no campo, onde se procura desmitificar o trabalho doméstico como trabalho improdutivo, mas que se constrói, de forma lenta, novas relações entre homens e mulheres como base de uma nova sociedade que se deseja construir, caminhando para uma discussão entre mulheres, campo e desterritorialização.

Trazer a discussão das mulheres camponesas, enquanto movimento, que luta pelos seus direitos sociais e de classe, que fortalece o trabalho coletivo e em comunidade, que tem em sua história o legado de guardiãs de sementes crioulas e resistência pelo território, é uma necessidade atual e futura.

O trabalho é de cunho qualitativo e tem procedimentos metodológicos de natureza documental e bibliográfica, com literaturas atuais, recorte dos últimos 10 anos, sobre o objeto de estudo proposto. Tem como objetivo identificar as ações do Movimento das Mulheres Camponesas desde a desterritorialização à reterritorialização. O Trabalho se divide em três partes: 1. O movimento das mulheres e a desterritorialização; 2. Movimento das mulheres camponesas e 3. Resultados.

1. O MOVIMENTO DAS MULHERES E A DESTERRITORIALIZAÇÃO

O movimento das mulheres camponesas tem seu início na década de 1980, quando a classe trabalhadora intensificava a luta contra a ditadura militar. Lorenzoni, Seibert e Collet, 2020, mostram que o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), foi construído a partir de diferentes lugares, experiências e vivências. Com alguns elementos construíram a identidade camponesa e feminista.

Gaspareto, (2017) mostra que o dia internacional da mulher, em 2006, foi marcado pelas denúncias dos prejuízos das políticas neoliberais e pela investida no agronegócio sobre os territórios dos povos camponeses, indígenas e quilombolas. Trata-se da invasão do capital que, por meio de empresas nacionais, internacionais e transnacionais, impede experiências, interrompe processos sociais, desterritorializa povos, costumes, valores e saberes.

As mulheres camponesas partem assim de uma discussão acerca da preservação da natureza, da água, das sementes crioulas e da biodiversidade.



(...) O modelo de produção agrícola convencional não gera apenas instabilidade e perdas ambientais, mas também no que diz respeito à questão social, pois afeta diretamente a permanência das famílias camponesas no campo, porque em meio ao empobrecimento e à impossibilidade de produzir, diante de inúmeras dificuldades, essas famílias são obrigadas a se desfazerem de suas pequenas propriedades e ihabitar nos centros urbanos em busca de melhores condições de trabalho, mas sofrem com a presença do trabalho assalariado (LIMA; PEREIRA, 2020, p.91).

Desta forma, quando uma população passa por um processo de desterritorialização, no termo técnico, as consequências vão muito além das perdas físicas ou materiais, interferindo em toda a perspectiva psicológica de uma comunidade:

Desalojados de seus lugares de afeto e de memórias, tudo passa a ser novo e estranho, pois foram condenados a uma situação de “anomia” (fenômeno que se revela, diante da gigantesca destruição das referências territoriais, paisagísticas e afetivas de pessoas e famílias desterritorializadas) (PAIM, 2022, p.66).

Falar de território e ancestralidade, é trazer Lobo e Pontes, 2020, onde discorre sobre a maneira como estes se combinam na organização das comunidades para além do espaço em que vivem, plantam e criam animais.

As mulheres terminam fortalecendo toda essa combinação diante de sua participação e não apenas na contribuição na comunidade e fortalecimento do território.

2. MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS

A organização das mulheres frente aos desafios impostos pela sociedade, permitiu o fortalecimento e empoderamento no questionar, dentro de uma visão com um objetivo nas pautas e causas feministas.

As mulheres camponesas estão espalhadas por todo Brasil, nas várias regiões de geografias e costumes culturais diferenciados. São agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem-terra, assentadas, parceiras, mulheres indígenas, negras, descendentes de europeus, juntas compondo a diversidade do nosso país (SILVA, 2016. P.45).

Para mostrar o protagonismo do movimento destas mulheres, Lorenzoni et al., 2020, traz o processo de enfrentamento e de urgência:

(...) em defesa da soberania alimentar nacional e políticas públicas para impulsionar a agricultura camponesa agroecológica, que teve sua expressão maior na Campanha da Alimentação Saudável, a qual foi lançado no 8 de março de 2007, com objetivo de sensibilizar a sociedade para produção dos alimentos saudáveis, diversificados e de qualidade e evidenciando o trabalho das mulheres.

Muitas são as conquistas deste movimento que ultrapassa barreiras e alcança através de um processo coletivo, a superação de e libertação de todas as formas de opressão, exploração e violência e discriminação.

O mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil traz resumidamente os dados sobre a luta pela terra, dos processos de ida e vinda, congelamento e andamentos, do requerimento de reconhecimento do território (Silva et al, 2020).

O movimento permanece na luta há 37 anos, neste constante movimento de desterritorialização e reterritorialização.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

As mulheres, em especial as do Movimento das Mulheres Camponesas, são exemplos de resistência, de luta pelo território e o resgate dados conhecimentos ancestrais aliado à pesquisa e à experiência que dá espaço para retomada de uma agricultura com baixos impactos ambientais e que valoriza as culturas e saberes da tradicionais.

Assim, pode-se compreender que um processo de desterritorialização física e simbólica, nas últimas décadas desde a revolução verde, onde era proposto soberania alimentar e um país autossuficiente. Neste contexto, que o movimento de mulheres camponesas também, começam a passar pelo processo de desterritorialização, e se começam a se organizar.

Assim, por necessidade de determinantes sociais serem garantidos, o processo de reterritorialização se inicia a partir da organização destas mulheres.

Mesmo diante da força do agronegócio, do capitalismo e da tecnologia, as camponesas



continuam resistindo e se reinventando. No artigo de Lima e Pereira, 2020, se reforça a importância da unidade dentro de suas diversidades onde se busca organizar todas as mulheres do campo, das águas e das florestas.

Silva et al, 2020, ressalta a bandeira da mulher na continuidade em defender nossos territórios como sagrados, não pelo valor mercantil, mas pelo seu valor imensurável de fluxo contínuo da vida.

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento de mulheres camponesas mostra sua importância, desde a compreensão da desterritorialização, onde se fortalece como movimento organizado e que resiste aos processos do capitalismo e do agronegócio, e também se empodera ano a ano da reterritorialização, na luta, na construção, no diálogo e na resistência.

REFERÊNCIAS

MEZADRI, Adriana Maria; et al. (organizadoras). **Feminismo Camponês Popular: Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas**. – 1.ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2020. 189 p.

PAIM, Elisangela Soldati; et al (organizadores). **Resistência e Re – Existência: mulheres, território e meio ambiente em tempos de pandemia**. - 1. ed. – Funilaria, 2022. Fundação Rosa Luxemburgo.

PULGA, Vanderleia Laudete. **A Produção de Saúde e Adoecimento das Mulheres Camponesas no Brasil**, In: PULGA, et al. (org), *Mulheres Camponesas Semeando Agroecologia Colhendo Saúde e Autonomia*.

HAESBAERT, Rogério. **Território e Multiterritorialidade: um debate**. Universidade Federal Fluminense :GEOgraphia, ano IX, nº 17, 2007.